



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0004187-80.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **MARIA APARECIDA DA SILVA**
 Requerido: **Tvlx Viagens e Turismo Sa Viajanet**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido duas passagens por intermédio da ré para que ela e sua irmã viajassem de Maceió para Campinas.

Alegou ainda que quando foram embarcar recebeu a informação de que somente uma passagem havia sido comprada, acreditando que o problema decorreu da semelhança entre o seu nome (Maria Aparecida da Silva) e o de sua irmã (Maria Olegária da Silva).

Salientou que não fez a viagem para que sua irmã não fosse depois sozinha, de sorte que almeja à restituição do valor pago pelas passagens não utilizadas.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada em contestação pela ré não merece acolhimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Com efeito, a sua responsabilidade na reparação dos danos reclamados deriva da solidariedade prevista no art. 18 do CDC entre todos os participantes da cadeia de produção.

Ela com certeza enquadra-se nessa condição, porquanto sua atuação viabilizou a concretização do negócio em apreço, oferecendo à autora oportunidade e segurança a seu propósito.

Na verdade, a própria ré reconheceu na peça de resistência que *"é um portal de viagem destinado a proporcionar ao consumidor maior comodidade e agilidade para adquirir passagens aéreas e outras facilidades ligadas ao turismo em geral"* (fl. 27, segundo parágrafo), o que inegavelmente representa importante atrativo a possíveis interessados nesse tipo de transação que se dá no âmbito da rede mundial de computadores.

De outra parte, a atividade comercial da ré gera lucros e firma liame com as vendas encaminhadas a partir daí, sendo por isso que se consumam.

Fica patenteada a ligação da ré, portanto, na cadeia de produção e em consequência não se concebe que se exima pelo que veio então a suceder.

É oportuno trazer à colação o magistério de **RIZZATTO NUNES** sobre o assunto:

"O termo fornecedor, conforme já explicitado no comentário ao art. 3º, é o gênero daqueles que desenvolvem atividades no mercado de consumo. Assim, toda vez que o CDC refere-se a 'fornecedor' está envolvendo todos os participantes que desenvolvem atividades sem qualquer distinção. E esses fornecedores, diz a norma, respondem 'solidariamente'. (Aliás, lembre-se: essa é a regra da responsabilidade do CDC, conforme já demonstrado).

Dessa maneira, a norma do caput do art. 18 coloca todos os partícipes do ciclo de produção como responsáveis diretos pelo vício, de forma que o consumidor poderá escolher e acionar diretamente qualquer dos envolvidos, exigindo seus direitos" ("Comentários ao Código de Defesa do Consumidor", Ed. Saraiva, 6ª edição, p. 307).

Não obstante, é óbvio que como decorrência da solidariedade poderá aquele acionado para a reparação dos danos *"exercitar ação regressiva contra o fabricante, produtor ou importador, no âmbito da relação interna que se instaura após o pagamento, com vistas à recomposição do status quo ante"* (**ZELMO DENARI** in "Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto", Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223).

Ademais, não se perquire sobre o elemento culpa em situações dessa natureza, porquanto a responsabilidade do fornecedor é objetiva, consoante orientação consagrada no Código de Defesa do Consumidor.

Rejeito, pois, a prejudicial arguida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

No mérito, os fatos trazidos à colação resultaram incontrovertidos.

Nesse contexto, não se discute de um lado a compra de duas passagens por parte da autora, a exemplo de outro lado do cômputo somente de uma delas.

A possibilidade para isso ter sucedido aventada pela autora (semelhança entre o seu nome e o de sua irmã) é razoável, não tendo sido apresentada nenhuma outra explicação para tanto.

De qualquer sorte, e independentemente disso, o dado objetivo é o de que a autora não utilizou das passagens que havia comprado, explicando-se o seu não embarque pelo justificável desejo de não deixar a irmã só.

A responsabilidade da ré em restituir o valor pago pela autora é, assim, de rigor.

Sua ligação ao evento transparece cristalina porque foi com ela – e não como outrem – que a autora levou a cabo a compra.

A ré, ademais, confirmou o pagamento feito pela autora (fl. 03), o que pelas regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) trouxe a ela natural tranquilidade para o desdobramento dos fatos, inclusive quanto à correção dos dados fornecidos para a emissão das passagens.

Em consequência, não poderá furtar-se à devolução postulada, sem prejuízo de poder regressivamente buscar a reparação diante de quem repute o verdadeiro causador da ocorrência.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 1.963,27, acrescida de correção monetária, a partir de março de 2015 (época da compra das passagens), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 20 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**